



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Identificação

Área de Avaliação: **SAÚDE COLETIVA**

Coordenadora de Área: Rita Barradas Barata (FCMSCSP)

Coordenador-Adjunto de Área: Jorge Iriart (UFBA)

Coordenadora-Adjunta de Mestrado Profissional: Eduarda Ângela P. Cesse (FIOCRUZ)

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área

A Saúde coletiva é um *campo científico* onde se produzem saberes e conhecimentos acerca do objeto “saúde” e onde operam distintas disciplinas (epidemiologia, ciências sociais em saúde, planejamento e gestão) que o contemplam sob vários ângulos; e um *âmbito de práticas*, onde se realizam ações em diferentes organizações e instituições por diversos agentes (especializados ou não) dentro e fora do espaço convencionalmente reconhecido como “setor saúde”.

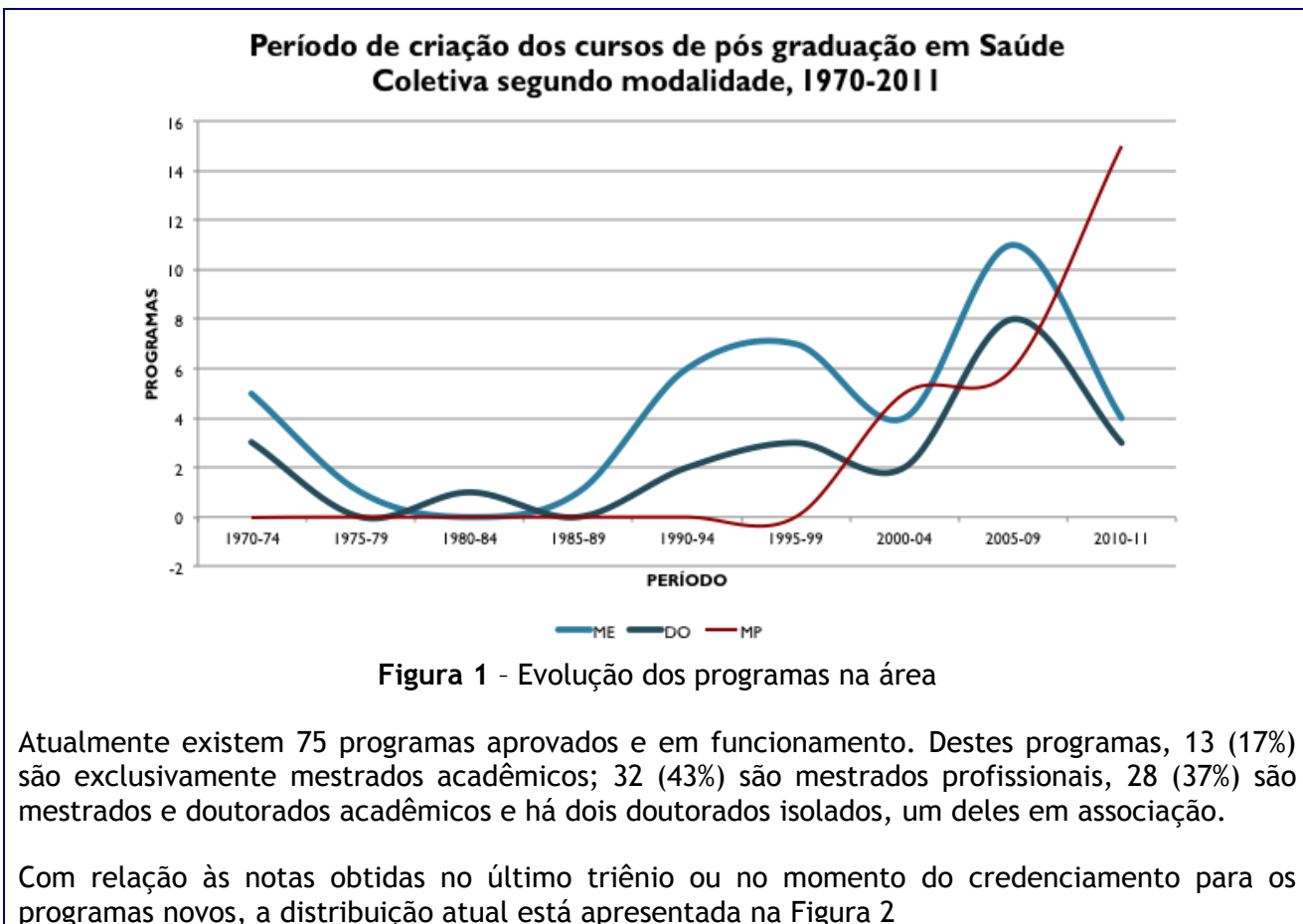
Enquanto campo de conhecimento, a saúde coletiva estuda o fenômeno saúde - doença enquanto processo social em populações; investiga a produção e distribuição das doenças na sociedade como resultado de processos de produção e reprodução social; analisa as práticas de saúde na sua articulação com as demais práticas sociais; procura compreender as formas pelas quais a sociedade identifica suas necessidades e problemas de saúde, busca sua explicação e se organiza para enfrentá-los.

O Brasil possui uma longa tradição de atuação em Saúde Pública, reconhecida internacionalmente, pelas agências multilaterais como a Organização Mundial de Saúde, Organização Panamericana de Saúde, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento. Desde a década de 1970 os docentes da área se destacaram na elaboração de proposições para a política mundial de saúde à exemplo do movimento “Saúde para todos no ano 2000” desencadeado a partir da Conferência Internacional sobre cuidados primários em saúde realizado pela Organização das Nações Unidas em Alma-Ata. Os docentes e pesquisadores do campo tiveram papel destacado na elaboração e aprovação do capítulo da saúde na Constituição Brasileira de 1988 e na formulação e implementação do Sistema Único de Saúde.

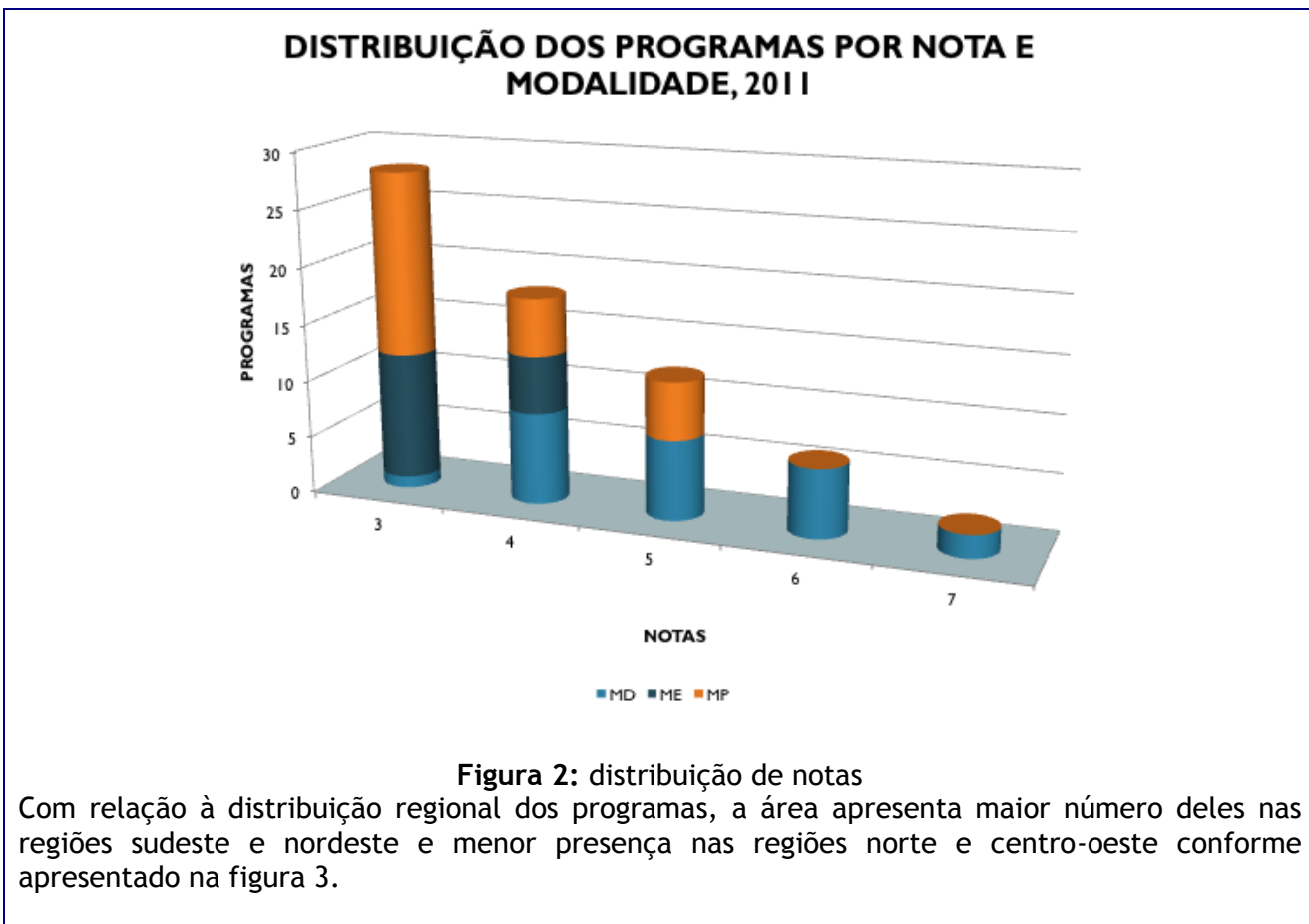
No campo acadêmico esse reconhecimento se expressa através de parcerias entre a ABRASCO (Associação Brasileira de Saúde Coletiva) e associações internacionais na realização de congressos e seminários, eleição de pesquisadores brasileiros para a presidência de associações internacionais da área e editoria científica de importantes revistas estrangeiras.

O primeiro curso de pós graduação na área foi criado em 1971. A figura 1 mostra a tendência de crescimento a partir dessa época.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013



DOCUMENTO DE ÁREA 2013



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Distribuição percentual dos programas de Saúde Coletiva, por região, 2011

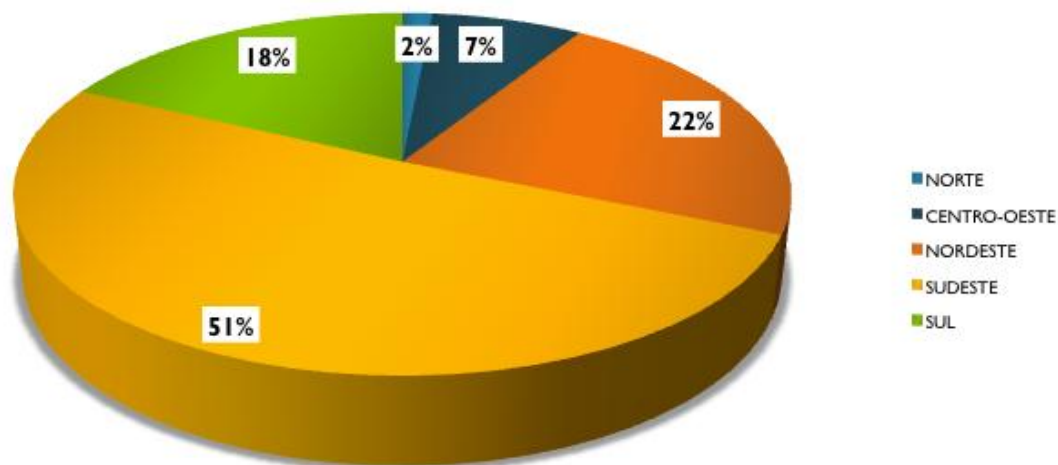


Figura 3: distribuição regional de programas

Com relação à composição interna dos programas atualmente são 47 programas que abarcam os três eixos do campo: Epidemiologia, Ciências Sociais em Saúde e Política, planejamento e gestão de sistemas e serviços de saúde. Existem 17 programas temáticos, ou seja, cuja organização se faz a partir de temas de interesse na área tais como Bioética em Saúde Pública, Nutrição em Saúde Pública, Saúde e meio ambiente, Saúde da mulher e da criança e assim por diante. Finalmente existem 11 programas “disciplinares”, ou seja, onde apenas um dos eixos estruturantes da área é focado: 5 programas em Epidemiologia e 6 programas em Gestão de sistemas e serviços de saúde.

Os programas de mestrado profissional correspondem a 40% dos programas da área refletindo a característica, antes assinalada, da Saúde Coletiva que se constitui em um campo de produção de conhecimentos e práticas. A formação profissional é tão importante quanto a formação de pesquisadores para o desenvolvimento desse campo

O desenvolvimento da pós-graduação em Saúde Coletiva deve se dar, nos próximos anos, em três direções complementares:

a) desconcentração dos programas de forma a que exista pelo menos um curso em cada uma das Unidades da Federação ampliando a formação de profissionais e pesquisadores no campo. (atualmente existem 10 UF sem nenhum programa na área, sendo 4 na região Nordeste e 6 na

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

região norte)

b) formação em temas estratégicos para os quais ainda não há capacidade instalada no país ou para os quais tal capacidade ainda é pequena. Como exemplo, podemos citar: avaliação de tecnologias em saúde, economia da saúde, comunicação social e saúde, direito sanitário, epidemiologia genética e vigilância sanitária entre outros.

c) aprofundamento da cooperação solidária com países do continente latino-americano, países africanos de língua portuguesa e com países desenvolvidos visando o compartilhamento de experiências e o aperfeiçoamento das competências técnico-científicas.

INTERDISCIPLINARIDADE

A Saúde Coletiva é um campo interdisciplinar de conhecimentos no qual, diferentes disciplinas se articulam tendo em comum o objeto de estudo. Portanto, qualquer proposta de pós-graduação organizada em torno do objeto - processo saúde doença em sua dimensão coletiva ou populacional - pode ser acolhido pela área. Apenas a título de exemplo podem ser considerados programas em Saúde Coletiva (nos quais devem estar presentes conteúdos de Epidemiologia, Ciências Sociais em Saúde e Planejamento e Gestão), programas em Epidemiologia, programas de Ciências Sociais em Saúde (em geral ou por disciplinas específicas tais como Economia da Saúde, Comunicação Social em Saúde, Educação em Saúde, História da Saúde, Geografia em Saúde, Bioética em Saúde Pública e outras), programas em Políticas de Saúde, programas em Avaliação em Saúde, programas de Gestão em sistemas ou serviços de saúde.

Recomendações do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) e a área de Saúde Coletiva

- a) Crescimento: mantida a tendência de crescimento dos cursos baseada nos dados de 1970 a 2012, projeta-se a existência de 142 cursos na área em 2020. A aprovação de novos doutorados e a cobrança para que os já existentes ampliem sua capacidade de formação de doutores visa contribuir para o alcance das metas de doutores por 1000 habitantes estabelecidas para 2020.
- b) A área pretende analisar os mestrados isolados e propor a reconversão dos mesmos à modalidade de mestrado profissional admitindo mestrados acadêmicos apenas como etapa intermediária nos programas com doutorado.
- c) Quanto às assimetrias regionais a área atualmente tem cursos recomendados em todos os estados das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e no DF. Na região Nordeste existem cursos em 6 estados restando 4 sem programas na área. Na região norte há um único curso no Acre, exclusivamente de mestrado. A escassez de docentes e profissionais da área nessa região tornam difícil a criação de programas nas modalidades ora existentes.
- d) A articulação da área de Saúde Coletiva com a política nacional de saúde é antiga. Além dos mestrados profissionais realizados em sua maioria em parceria com as secretarias municipais, estaduais e com o ministério da Saúde, a área participa das iniciativas conjuntas CAPES-MS tais como PNPD-SUS, programa de incentivo à formação de docentes para o ensino superior nas profissões de saúde, REBRATS, etc.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

- e) Grau de internacionalização: a área considera que cerca de 10% dos seus programas apresentam grau de internacionalização que permite equipará-los aos programas avaliados com conceito máximo pela Associação das Escolas de Saúde Pública dos EUA e aos melhores cursos europeus em Saúde Pública.

EDUCAÇÃO BÁSICA

Quanto à integração dos cursos de pós-graduação no esforço de qualificação da educação básica no país, embora a área da Saúde Coletiva não tenha atuação direta em licenciaturas, o fato de Saúde ser um dos temas transversais no ensino médio e fundamental, possibilita aos PPG da área atuar na formação dos professores com ênfase em duas temáticas relevantes: promoção da saúde e defesa da política nacional de saúde (formação de cidadania). A produção de material didático para uso por professores e alunos na educação básica também poder ser objeto da produção técnica dos programas. A área está discutindo com a ABRASCO a publicação de periódico dirigido para este público

Além do aspecto diretamente associado à formação de professores, a área pode contribuir com a oferta de iniciação científica para alunos do ensino médio e apoiar, através de seus discentes e docentes, as iniciativas do programa interministerial Saúde na Escola, desenvolvido em parceria pelo Ministério da Educação e o Ministério da Saúde.

II. Requisitos e orientações para Propostas de Cursos Novos

MESTRADO (ACADÊMICO)

Comprometimento e apoio da instituição:

O compromisso institucional com a implantação do curso deve estar claramente explicitado através de documentação das instâncias de deliberação pertinentes e se evidenciar na dimensão e regime de trabalho do corpo docente bem como nas condições de infraestrutura.

A Instituição deverá apresentar laboratórios adequados para a realização das investigações propostas. Estes deverão apresentar todos os equipamentos e a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das linhas de pesquisa relacionadas na proposta. Também deverá possuir salas para docentes receberem seus alunos para orientação e discussão do andamento da pesquisa e salas de estudo para alunos.

Docentes e alunos deverão ter acesso *online* a bases de indexação bibliográfica, assim como a periódicos. A biblioteca da Instituição deve possuir em seu acervo os principais títulos da área, incluindo periódicos e livros.

Anexar o regimento do programa de pós-graduação explicitando os critérios de credenciamento dos docentes; processo e periodicidade de seleção de alunos, critérios de avaliação.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Proposta do programa

A proposta deve evidenciar de forma clara que o grupo proponente já vem trabalhando de forma articulada, junto à Instituição em grupos de pesquisa, previamente à apresentação da proposta.

A proposta deve apresentar claramente qual (is) é (são) seu(s) objetivo(s) e a justificativa(s) para a sua implantação. Estes objetivos devem ser coerentes com os objetivos da área, isto é, deve haver compatibilidade com o campo científico no qual a proposta se insere.

A proposta deve explicitar ainda a pertinência da(s) área(s) de concentração e desta(s) com as linhas de pesquisa e projetos em desenvolvimento.

Não deve haver duplicação de cursos em uma mesma IES, ou seja, na avaliação das propostas de cursos novos será levada em consideração a existência de cursos semelhantes na mesma IES.

A proposta deve deixar claro o número de orientadores e o número de vagas oferecidas.

Faz parte da proposta do programa a explicitação da estrutura curricular, nela incluídos o conjunto de disciplinas oferecidas e a forma de organização do curso (modular, flexível, com ou sem disciplinas obrigatórias, etc...), além do número mínimo de créditos que devem ser obtidos através das disciplinas.

A estrutura curricular deve proporcionar uma sólida formação em pesquisa, devendo contemplar disciplinas que possam dar aos alunos os fundamentos metodológicos para a prática da pesquisa no campo bem como ferramentas de escrita científica.

Um aspecto central na avaliação da proposta será a análise da relevância local, regional ou temática.

Corpo Docente

O corpo docente deve ser constituído exclusivamente de docentes portadores de título de doutor; ter produção intelectual pertinente à área(s) de concentração e/ou linhas de pesquisa e adequada em termos de quantidade e qualidade.

O Curso deverá apresentar o número mínimo de 10 docentes permanentes, sendo que pelo menos 70% tenham vínculo com a instituição em tempo integral.

O docente poderá participar como permanente em no máximo 02 programas de pós-graduação da mesma ou de outra Instituição desde que demonstre a viabilidade dessa atuação. Excepcionalmente será admitida a participação de parte dos docentes permanentes em 3 programas desde que o terceiro seja na modalidade mestrado profissional ou em cursos oferecidos nas regiões norte ou centro-oeste conforme previsto pela Portaria CAPES nº 01/2012.

A participação de docentes colaboradores não deve caracterizar dependência externa nem ser utilizada para o atendimento das exigências mínimas de produção científica. A área não define um limite para a participação dos colaboradores. Entretanto, a maioria das atividades de orientação, docência e pesquisa devem estar a cargo dos docentes permanentes.

Os docentes devem demonstrar experiência anterior em orientação de alunos de graduação ou especialização em atividades de iniciação científica ou TCC.

Produção intelectual

As linhas e projetos de pesquisa devem estar vinculados à proposta do programa. Projetos isolados poderão existir desde que apresentem contribuição efetiva para o programa ou que

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

apresentem potencial para a criação de novas linhas de pesquisa.

A produção intelectual apresentada deve guardar estreita relação com as linhas e projetos de pesquisa. É imprescindível que a atividade de pesquisa seja pertinente ao campo da Saúde Coletiva. Apenas a produção dos docentes permanentes é considerada na avaliação

O programa deve demonstrar capacidade para obtenção de recursos de fomento à pesquisa.

É desejável a presença de alunos de graduação nos projetos de pesquisa.

São especialmente valorizados os projetos com financiamento obtido junto a agências de fomento em processos de competição e julgamento por pares.

Para efeito da aprovação de cursos novos serão considerados apenas os artigos completos publicados em periódicos científicos nos últimos 3 anos que antecedem a apresentação da proposta. Não são considerados os resumos ou artigos completos em anais de eventos, resumos em periódicos, livros ou capítulos.

A produção per capita dos docentes do programa (a soma dos artigos dividida pelo número de docentes permanentes) deve corresponder a 50 pontos por ano ou 150 pontos no triênio anterior à apresentação da proposta para um curso de mestrado e 100 pontos por ano ou 300 pontos no triênio para um curso de doutorado (ver critérios Qualis periódico da área de Saúde Coletiva para a pontuação).

Para o cálculo da produção per capita artigos publicados em co-autoria pelos docentes serão computados apenas uma vez.

Os pontos atribuídos a cada artigo variam de acordo com a classificação do periódico sendo atribuídos da seguinte forma:

Periódicos A1=100 pontos por artigo; Periódicos A2=85 pontos por artigo; Periódicos B1=70 pontos por artigo; Periódicos B2=50 pontos por artigo; Periódicos B3=30 pontos por artigo; Periódicos B4=15 pontos por artigo (no máximo 3 artigos por docente); Periódicos B5=5 pontos por artigo (no máximo 3 artigos por docente). Os periódicos classificados no estrato C não recebem pontuação.

A produção considerada como requisito mínimo para a recomendação de cursos novos deve ser comparável àquela observada nos cursos nota 3 já existentes na área (vide relatório de avaliação disponível na página da área no portal da CAPES)

DOUTORADO

Para as propostas de cursos novos de doutorado são observadas as mesmas recomendações apresentadas anteriormente para o mestrado, com os seguintes acréscimos:

Os docentes devem apresentar experiência prévia na orientação de mestrados acadêmicos ou profissionais;

A produção intelectual do corpo docente deve ser comparável àquela observada nos cursos com nota 4 já existentes na área (vide relatório de avaliação disponível na página da área no portal da CAPES).

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

MESTRADO PROFISSIONAL

Para desenvolver um bom programa de pós-graduação, o grupo docente precisa ter produção científica e técnica anterior. É um equívoco frequente imaginar que a existência de um PPG será o elemento desencadeador da pesquisa. As atividades de pesquisa devem anteceder a proposição do PPG.

Para desenvolver um programa de formação em saúde coletiva é imprescindível que os docentes tenham formação na área ou produção/atuação profissional na área, não bastando, portanto, agrupar docentes com experiências em diferentes campos da área da saúde para compor o corpo docente.

As condições de infraestrutura e apoio institucional são as mesmas exigidas para os cursos acadêmicos.

Além dos aspectos já destacados para os programas acadêmicos, nas propostas de cursos profissionais deve ser claramente especificado o perfil do profissional a ser formado. A estrutura curricular deve proporcionar uma sólida formação em pesquisa, devendo contemplar disciplinas que possam dar aos alunos os fundamentos metodológicos para a prática da pesquisa no campo bem como ferramentas de escrita científica.

Anexar o regimento do programa de pós-graduação explicitando os critérios de credenciamento dos docentes; processo e periodicidade de seleção de alunos, número de vagas, critérios de avaliação.

Um aspecto central na avaliação da proposta será a análise da relevância local, regional ou temática.

A proposta deve “apresentar de forma equilibrada, corpo docente integrado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação” na área e temática de oferta do curso, segundo a Portaria Normativa MEC nº17 de 28 de dezembro de 2009.

O Curso deverá apresentar o número mínimo de 10 docentes permanentes, sendo que pelo menos 60% devem ter vínculo com a instituição proponente em tempo integral ou parcial. Os demais poderão ser constituídos por docentes ou profissionais formalmente cedidos para atuação no programa, docentes aposentados que mantêm vínculo com o PPG ou bolsistas. (recém doutor ou pós doutorado)

O docente poderá participar como permanente em no máximo 02 programas de pós-graduação da mesma ou de outra Instituição desde que demonstre a viabilidade dessa atuação.

A participação de docentes colaboradores não deve caracterizar dependência. A área não fixa um limite para a participação dos colaboradores. Entretanto, a maioria das atividades de docência, orientação e pesquisa devem estar à cargo dos docentes permanentes.

Os docentes devem demonstrar experiência anterior em orientação de alunos de graduação ou especialização, em atividades de iniciação científica ou trabalhos de conclusão de cursos. No mestrado profissional é imprescindível também que os docentes tenham experiência profissional na área do curso que será oferecido ou produção técnica que demonstre o domínio sobre questões da prática profissional.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Quanto à produção dos alunos ela deverá atender ao caráter profissional do curso podendo se apresentar sob diferentes formatos previstos na Portaria Normativa MEC nº 17/2009 que instituiu essa modalidade de formação. É importante que a pesquisa realizada pelo aluno seja plenamente caracterizada como pesquisa estratégica ou tecnológica, ou seja, pesquisa voltada para a produção de conhecimentos e principalmente para a solução de problemas relativos ao campo de atuação profissional, ou para o desenvolvimento de novas tecnologias em saúde pública.

A produção intelectual dos docentes deve combinar produção técnica e científica e guardar estreita relação com a proposta, a(s) área(s) de concentração e/ou linhas de pesquisa.

Finalmente o corpo docente deve possuir produção técnica compatível com a área de oferta do curso e relacionada com a produção bibliográfica.

Para a avaliação da produção bibliográfica serão considerados apenas artigos completos publicados em periódicos. Não serão considerados resumos publicados em periódicos ou anais de congressos nem trabalhos completos publicados em anais. Para a aprovação de cursos novos também não serão considerados livros, capítulos e coletâneas visto não ser possível qualificá-los. Será considerado um aspecto positivo na avaliação da proposta a relação do programa com órgãos responsáveis pela política de saúde em âmbito local, municipal, regional, estadual, nacional ou internacional.

III. Considerações gerais sobre a Avaliação Trienal 2013

A avaliação dos cursos acadêmicos e profissionais será feita com base nos cinco quesitos padronizados para a avaliação de todas as áreas do conhecimento. Dentro da flexibilização admitida pelo Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES), os pesos atribuídos a cada quesito procuram refletir o estágio atual da avaliação no campo.

A *proposta do programa* é fundamental para a qualificação do mesmo, devendo evidenciar com clareza o pertencimento do curso à área de avaliação. Dadas as características intrinsecamente multidisciplinares do campo da Saúde Coletiva, existem inúmeras possibilidades de organização dos programas. Entretanto, a comissão levará em conta se as propostas estão ou não ajustadas ao objeto de conhecimento do campo. Para os programas acadêmicos e profissionais a avaliação deste quesito funciona como trava ainda que não entre no cômputo final da nota. Isto significa que uma proposta inferior a regular determina o descredenciamento por um lado, e que proposta que não sejam muito boas impedem a obtenção das notas 5, 6 ou 7.

Os quesitos corpo docente e inserção social correspondem a 30% da nota nos programas acadêmicos e 40% nos programas profissionais. A área optou por conferir peso igual a cada um deles respectivamente 15 e 20%.

Os quesitos corpo discente e produção intelectual constituem o núcleo da avaliação e receberão pesos iguais. Nos programas acadêmicos em que esses quesitos somam 70% da nota, cada um receberá ponderação de 35%. Nos programas profissionais em que eles correspondem a 60% da nota cada quesito receberá peso 30%.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

SEMINÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO

A área realizou uma única reunião de acompanhamento durante o último triênio. Nesta reunião além da discussão pormenorizada dos critérios de avaliação utilizados pela área e de outros temas de interesse sobre diferentes programas da CAPES, a comissão de avaliação apresentou aos coordenadores de programas as características comuns e particulares de cada programa da área dentro do seu grupo de avaliação, isto é, dentre os programas com a mesma nota. O formato adotado possibilitou o debate franco entre avaliados e avaliadores e uma maior compreensão por parte dos coordenadores dos critérios e procedimentos da avaliação. Cada coordenador pode relatar os esforços que vem realizando no sentido de obter melhor qualificação na próxima avaliação trienal.

Durante o seminário de acompanhamento foi muito enfatizado pela comissão, a necessidade dos programas apresentarem informações corretas e completas além de utilizar a parte destinada à proposta do programa para informar sobre as ocorrências consideradas importantes e dignas de destaque. Especial atenção deve ser posta na informação de produção técnica, principalmente nos programas profissionais.

Ainda que a avaliação seja comparativa e os coordenadores reconheçam como correta a posição de seus cursos no conjunto, vários apontam dificuldades que os cursos têm em atender a certos critérios como o número mínimo de alunos por orientador e a publicação qualificada. Os programas muito grandes (com 80 ou mais docentes permanentes) relatam dificuldades no preenchimento do coleta no prazo estipulado tendo em vista que apenas uma pessoa pode alimentar o sistema a cada vez. Com relação aos critérios adotados pela área, todos eles tem sido exaustivamente discutidos durante as reuniões do Fórum e a maioria dos coordenadores tem boa compreensão dos mesmos. Não predomina na área um sentimento contrário à avaliação, embora algumas das subáreas se considerem avaliadas com critérios que não seriam os mais apropriados para elas, em função da heterogeneidade de desempenho dos periódicos no interior da área.

IV. Considerações sobre Qualis-Periódicos (Artístico), Roteiro para Classificação de Livros / Eventos /Produtos Técnicos e os critérios para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação

QUALIS PERIÓDICOS

São considerados periódicos, apenas os produtos com ISSN cujo conteúdo seja composto predominantemente por artigos científicos, excluídas portanto as publicações seriadas de outras naturezas (cadernos, boletins, dossiês).



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

A classificação está apoiada em dois princípios gerais: circulação e impacto, avaliado por diferentes indicadores.

Os periódicos são inicialmente classificados em dois grupos segundo sua missão e escopo: ciência em geral e saúde coletiva.

As bases bibliométricas utilizadas são: Scopus (indicadores: índice H e cites/doc), JCR (indicador: FI) e SciELO (indicador: número médio de citações por artigo descontadas as auto citações). Para todos os indicadores são utilizados como pontos de corte: o percentil 95 para o estrato A1; 90 para o estrato A2; 75 para o estrato B1; 45 para o estrato B2; <45 para o estrato B3. A classificação final do periódico depende da combinação entre as medidas no caso do periódico estar indexado em duas ou três delas. Cada revista é classificada segundo um, dois ou três indicadores prevalecendo a posição mediana resultante dessa classificação múltipla. A área adotou este procedimento no intuito de contrabalançar as limitações que todos esses índices bibliométricos apresentam. Bases bibliográficas sem indicadores bibliométricos são usadas para classificação no estrato B4. Acesso on-line de periódicos que não atendem aos critérios anteriores classifica os mesmos no estrato B5. No estrato C foram classificados os periódicos técnicos e de divulgação científica para facilitar a identificação da produção técnica, sob a forma de artigos, dos programas, uma vez que não há um qualis específico para esse tipo de produção. Periódicos e outras publicações que não atendam a nenhum dos critérios anteriores são classificados como não periódicos.

O número de artigos classificados em cada estrato será ponderado para o cálculo da produção. Cada artigo corresponde a 100 pontos no estrato A1; 85 no estrato A2; 70 no estrato B1; 50 no estrato B2; 30 no estrato B3; 15 no estrato B4 e 5 no estrato B5. Só serão contabilizados 3 artigos por docente nos estratos B4 e B5.

Em respeito à integridade na produção e divulgação da pesquisa científica, periódicos suspensos das bases de indexação, por má conduta editorial, serão suspensos do Qualis periódicos da área pelo tempo em que perdurar a mencionada suspensão. Assim, artigos publicados nesses periódicos não serão considerados na avaliação dos programas.

CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS

Compreende-se por livro um produto impresso ou eletrônico que possua ISBN ou ISSN (para obras seriadas) contendo no mínimo 50 páginas, publicado por editora pública ou privada, associação científica e/ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial.

Serão consideradas, para efeito da avaliação e classificação apenas as obras integrais, os capítulos e as coletâneas de **caráter científico**. (Quesito IV item 4.1 e 4.2 da ficha de avaliação). As obras integrais, capítulos e as coletâneas de caráter técnico ou didático serão computadas no item de produção técnica (4.3) e as obras integrais, capítulos e as coletâneas de divulgação no item relativo ao impacto educacional/social do programa. (Quesito V item 5.1) Portanto, nesses casos (item 4.3 e item 5.1) não deve ser seguida a sistemática de avaliação dos livros científicos, objeto deste conjunto de critérios.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Para cada livro ou coletânea será preenchida pelo coordenador do programa ou pelos docentes a ficha de identificação da obra que será remetida com um exemplar para análise pela comissão de classificação de livros. A ficha de identificação da obra deverá conter, ao menos, os dados que constam da ficha catalográfica.

Caso não seja possível o envio de um exemplar da obra, nos casos em que o autor não possuir mais do que um exemplar, as cópias enviadas para a comissão deverão conter minimamente: folha de rosto da obra; página com ficha catalográfica (com indicação do ISBN, editora, local de publicação, comissão editorial); sumário; texto integral do capítulo e lista de filiações dos autores. Para as coletâneas é importante que seja enviada cópia do capítulo analítico que articula todas as contribuições (em geral a introdução ou prefácio). Quando o docente ou discente do PPG for autor de capítulo de livro os dados da Ficha de Identificação devem se referir ao livro ou coletânea no qual o capítulo foi publicado.

A comissão de avaliação preencherá uma ficha relativa aos aspectos formais do livro ou coletânea e realizará uma avaliação de conteúdo referente a relevância temática, caráter inovador da obra e potencial contribuição para o campo.

Os livros são classificados em 5 estratos dependendo da avaliação quantitativa e qualitativa: estrato L4(40 pontos ou mais), L3 (33 a 39 pontos), L2 (21 a 32 pontos), L1 (15 a 20 pontos) e LC (< 15 pontos) O número de livros classificados em cada estrato será ponderado para o cálculo da produção. Cada livro corresponde a 240 pontos no estrato L4; 180 pontos no estrato L3; 120 pontos no estrato L2; 60 pontos no estrato L1 e 0 no LC.

A organização de coletâneas e capítulos são classificados em L4 (57 pontos ou mais); L3(48 a 56 pontos); L2 (35 a 47 pontos); L1 (18 a 34 pontos); LC (<18 pontos) O número de capítulos ou coletâneas organizadas em cada estrato será ponderado para o cálculo da produção. Cada produto corresponde a 90 pontos em L4; 60 pontos em L3, 40 pontos em L2, 20 pontos em L1 e 0 em LC.

INSTRUMENTO PARA AVALIAÇÃO DE LIVROS - MONOGRAFIAS

Parte I: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA

Programa de Pós-graduação:

Título da Obra:

Autores (livro) ou Organizadores (coletânea) (especificar se for docente ou discente do Programa):

ISBN:

Editora:

Local da edição (cidade/pais):

Número de Páginas:

Ano da primeira edição:

Número e ano da edição enviada:

Tiragem:

Formato (impresso ou eletrônico):

Referência completa do Livro / Coletânea (adotar ABNT):

Numero de capítulos da coletânea:

Autores (docentes e discentes) do Programa de Pós-graduação, título e páginas de cada capítulo:

1)

2)

3)

4)

5)

Vinculação do livro/coletânea a linha de pesquisa, área de concentração ou área de conhecimento:

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Resumo do livro/Coletânea: (ementa)		
Informações complementares (informações sobre a participação de docentes/discentes de outros programas, tipo de financiamento, premiação, participação de autores estrangeiros, etc.):		
Parte II: ASPECTOS FORMAIS		
Atributos	SIM/NÃO	
ISBN ou ISSN		
Se obra é científica		
Número mínimo de 50 páginas		
OBS: Só será qualificada a obra que obtiver SIM em todos os itens		
OBS2: No caso de re-edição com ampliação e revisão a obra será avaliada. Re-impressões não serão avaliadas.		
1. EDITORIA		
Classificação da Editora:		
Editora brasileira, universitária, filiada à ABEU	8	
Editora brasileira, universitária, não filiada à ABEU	6	
Editora comercial	6	
Editora comercial com distribuição nacional e tradição de publicação	8	
Editora universitária estrangeira	8	
Editora universitária estrangeira com distribuição internacional e tradição de publicação	10	
Editora comercial estrangeira	6	
Editora comercial estrangeira com distribuição internacional e tradição de publicação	10	
Editoras institucionais	6	
Editora filiada ao Scielo livros	1	
Conselho editorial	10	
Obra recebeu parecer de caráter anônimo?	10	
2. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS		
Publicação em idioma estrangeiro	5	
Prêmios nacionais, estrangeiros ou internacionais	5	
Financiamento da edição por agência de fomento ou parcerias	2	
Tipo da obra, natureza do texto e vínculo com o programa		
3. VINCULO		
A área de conhecimento, à linha de pesquisa e à área de concentração	5	
À área de concentração	3	
Fora da área de conhecimento	0	
PONTUAÇÃO TOTAL		
AVALIAÇÃO DE ASPECTOS FORMAIS		
INSTRUMENTO PARA AVALIAÇÃO DE COLETANEAS		
Parte I: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA		
Programa de Pós-graduação:		
Título da Obra:		
Autores (livro) ou Organizadores (coletânea) (especificar se for docente ou discente do Programa):		
ISBN:		
Editora:		
Local da edição (cidade/pais):		
Número de Páginas:		
Ano da primeira edição:		
Número e ano da edição enviada:		
Tiragem:		
Formato (impresso ou eletrônico):		
Referência completa do Livro / Coletânea (adotar ABNT):		
Número de capítulos da coletânea:		
Autores (docentes e discentes) do Programa de Pós-graduação, título e páginas de cada capítulo:		
1)		

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

2)		
3)		
4)		
5)		
Vinculação do livro/coletânea a linha de pesquisa, área de concentração ou área de conhecimento:		
Resumo do livro/Coletânea: (ementa)		
Informações complementares (informações sobre a participação de docentes/discentes de outros programas, tipo de financiamento, premiação, participação de autores estrangeiros, etc.) :		
Parte II: ASPECTOS FORMAIS		
Atributos	SIM/NAO	
Autoria de docente permanente ou discente do PPG		
ISBN ou ISSN		
Se obra é científica		
Número mínimo de 50 páginas		
OBS: Só será qualificada a obra que obtiver SIM em todos os itens		
OBS2: No caso de re-edição com ampliação e revisão a obra será avaliada. Re-impressões não serão avaliadas.		
Aspectos Formais da Obra		
1. Abrangência e diversidade institucional(para coletâneas)	Pontos no item	Pontuação da obra analisada
Presença de diversidade institucional no corpo de autores	5	
Presença de diversidade institucional no corpo de autores	5	
Presença de diversidade regional no corpo de autores	5	
Presença de autores com vinculação institucional no exterior	5	
2. EDITORIA		
Classificação da Editora:		
Editora brasileira, universitária, filiada à ABEU	8	
Editora brasileira, universitária, não filiada à ABEU	6	
Editora comercial	6	
Editora comercial com distribuição nacional e tradição de publicação	8	
Editora universitária estrangeira	8	
Editora universitária estrangeira com distribuição internacional e tradição de publicação	10	
Editora comercial estrangeira	6	
Editora comercial estrangeira com distribuição internacional e tradição de publicação	10	
Editoras institucionais	6	
Editora filiada ao Scielo livros	1	
Conselho editorial	10	
Obra recebeu parecer de caráter anônimo?	10	
3. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS		
Publicação em idioma estrangeiro	5	
Prêmios nacionais, estrangeiros ou internacionais	5	
Financiamento da edição por agência de fomento ou parcerias	2	
Presença de capítulo analítico introdutório à coletânea	8	
Tipo da obra, natureza do texto e vínculo com o programa		
1. VÍNCULO		
À área de conhecimento, à linha de pesquisa e à área de concentração	5	
À área de concentração	3	
Fora da área de conhecimento	0	
PONTUAÇÃO TOTAL		

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

AVALIAÇÃO DE CONTEUDO

Relevância temática
Caráter inovador
Potencial de contribuição acadêmica ou profissional

CLASSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICA

PUBLICAÇÕES TÉCNICAS

- Livros completos publicados por organismos internacionais (OMS, OPAS, PNUMA, OIT, etc.)
- Capítulos de livros publicados por organismos internacionais (OMS, OPAS, PNUMA, OIT, etc.)
- Livros completos publicados por organismos nacionais
- Capítulos de livros publicados por organismos nacionais
- Livros completos publicados por organismos estaduais
- Capítulos de livros publicados por organismos estaduais
- Livros completos publicados por organismos municipais
- Capítulos de livros publicados por organismos municipais
- Artigos publicados em periódicos técnicos

PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES E COMITES TÉCNICOS da área de Saúde Pública

- Internacionais; Nacionais; Estaduais ou Municipais = 10

EDITORIA DE PERIÓDICOS E DE LIVROS

- Editor científico
- Editor associado (membro de Conselho Editorial)
- Parecerista

ELABORAÇÃO DE PROTOCOLOS, NORMAS, PROGRAMAS, MANUAIS E GUIAS de Saúde

- Internacionais, Nacionais, Estaduais ou Municipais

CONSULTORIAS E ASSESSORIAS em Saúde

- Internacionais, Nacionais, Estaduais ou Municipais

PRODUTOS para a área

- Software ou outros produtos técnicos

INFORMES TÉCNICOS E OUTROS PRODUTOS

MATERIAL DIDÁTICO

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

V. Fichas de Avaliação para o Triênio 2010-2012

MESTRADO (ACADÊMICO) E DOUTORADO

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 - Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	50%	<p>Analisar a coerência do programa analisando a integração entre: objetivos, área de concentração, linhas de pesquisa, conjunto de disciplinas e atividades pedagógicas e projetos de pesquisa</p> <p>Analisar as ementas das disciplinas observando conteúdos, referências bibliográficas e estratégias pedagógicas</p>
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	20%	<p>Analisar as propostas de qualificação do corpo docente</p> <p>Analisar o planejamento do programa quanto a desenvolvimentos futuros.</p>
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	30%	<p>Analisar a existência, a adequação e a suficiência de: Laboratórios com condições para a realização das pesquisas de dissertações e teses; Biblioteca que permita o acesso rápido às informações, com ênfase nos periódicos; Recursos de informática disponíveis para alunos e docentes; Recursos próprios para a realização de suas atividades docentes e de orientação</p>
2 - Corpo Docente	15 %	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	10%	<p>Analisar o grau de endogenia (% de docentes egressos do próprio programa)</p> <p>Analisar a experiência e o prestígio do corpo docente (prêmios, editorias, presidência de sociedades)</p> <p>Analisar a qualificação do corpo docente(estágio sênior, pós doutorado)</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	30%	<p>Analisar a dimensão do corpo docente</p> <p>Analisar a estabilidade do corpo docente durante o triênio</p> <p>Analisar a renovação do corpo docente no triênio</p> <p>Analisar a dependência em relação a colaboradores e visitantes</p>
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	30%	<p>Analisar a participação dos docentes permanentes em atividades de ensino, orientação e pesquisa</p> <p>Analisar a participação dos docentes permanentes em outros PPG da área ou fora da área observando o estabelecido na Portaria CAPES nº 1/2012</p>
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.	15%	<p>Analisar a participação dos docentes em atividades de ensino de graduação e/ou de IC</p> <p>Analisar a participação dos docentes em atividades com professores e alunos da educação básica (Bônus)</p>
2.5. Captação de recursos para pesquisa (Agências de Fomento, Bolsas, Financiamentos Nacionais e Internacionais, Convênios, etc)	15%	Analisar a capacidade dos docentes na captação de recursos para a pesquisa e bolsas.
3 - Corpo Discente, Teses e Dissertações	35%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	30%	<p>Analisar a razão entre alunos titulados e docentes permanentes</p> <p>Analisar a razão entre alunos titulados e alunos matriculados</p>
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	30%	<p>Analisar a média de orientações por docente permanente</p> <p>Analisar a proporção de docentes permanentes sem orientações no período</p> <p>Analisar a proporção de docentes</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		permanentes com mais de 8 orientações, em média.
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	30 %	<p>Analisar a proporção de discentes com produção bibliográfica ou apresentações em congressos.</p> <p>Analisar a proporção de discentes com publicações em periódicos B2 ou superior.</p> <p>Analisar a proporção da produção do programa com autoria discente (alunos matriculados e egressos)</p>
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	10%	<p>Analisar o tempo mediano de titulação de alunos bolsistas</p> <p>Analisar a proporção de alunos com bolsa sanduíche</p>
4 - Produção Intelectual	35 %	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	40%	<p>Apenas a produção dos docentes permanentes será contabilizada. A produção não será dividida caso o docente participe em mais de um programa.</p> <p>Analisar a produção bibliográfica (artigos em periódicos, livros e capítulos científicos) per capita dos docentes permanentes do programa.</p>
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	40%	<p>Analisar a proporção de docentes permanentes cuja produção é igual ou superior à mediana da área no triênio</p> <p>Analisar a proporção de docentes permanentes cuja produção é igual ou superior ao percentil 80 da produção da área no triênio.</p>
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	20%	<p>Analisar a produção técnica do programa:</p> <p>a) documentos elaborados para agências internacionais, instituições nacionais, estaduais e municipais relacionadas com a formulação, implementação e avaliação da política de saúde, desde que tenham sido</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>publicadas em meio impresso ou eletrônico;</p> <p>b) Participação dos docentes em comissões e comitês técnicos relacionados com a política de saúde</p> <p>c) Participação de docentes na editoria de periódicos científicos da área</p> <p>d)Elaboração de normas, protocolos e programas de saúde coletiva.</p> <p>e) Consultorias e assessorias no âmbito da política de saúde.</p> <p>f) Desenvolvimento de produtos de uso na gestão das políticas de saúde, nas ações de controle de doenças e agravos ou para a promoção da saúde.</p> <p>g) Produção de Material Didático para o ensino básico ou superior na área</p> <p>h)Atividades de divulgação científica relacionadas com o tema do programa</p> <p>i) Atividades de integração com a educação básica</p>
5 - Inserção Social	15%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	30%	<p>Analisar a inserção e o impacto do programa quanto a:</p> <p>a) impacto educacional: contribuição para a melhoria do ensino fundamental, médio, graduação, técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino; produção de “livros-textos” e outros materiais didáticos para a graduação bem como para o ensino fundamental e médio.</p> <p>b) impacto social - formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade civil que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento;</p> <p>c) impacto tecnológico/econômico - contribuição para o desenvolvimento micro-regional, regional e/ou nacional destacando os avanços produtivos gerados; disseminação de técnicas e conhecimentos</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.</p>	<p>55%</p>	<p>Analisar a participação em programas institucionais de cooperação, das agências de fomento à pesquisa e da própria Capes, tais como Minter, Dinter, Associação entre IES, projetos temáticos do CNPq, FAPs ou FINEP.</p> <p>Analisar a existência de estratégias que favoreçam a mobilidade de docentes e discentes entre programas de diferentes IES ou Institutos de pesquisa.</p> <p>Analisar a participação de docentes e discentes do programa em atividades de outros programas</p> <p>Analisar a participação de discentes e docentes de outros programas no programa analisado</p> <p>Analisar a participação de docentes do programa em redes de pesquisa inter institucionais, nacionais ou internacionais</p> <p>Analisar a existência de publicações conjuntas de docentes do programa com docentes de outras IES ou institutos de pesquisa</p> <p>Analisar a capacidade de nucleação do programa, ou seja, a incorporação de seus egressos em outras IES, seja no ensino de graduação, seja na constituição de outros PPG.</p>
<p>5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.</p>	<p>15 %</p>	<p>Analisar a manutenção de página Web para a divulgação, de forma atualizada, de seus dados internos, critérios de seleção de alunos, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas etc.</p> <p>Analisar a garantia de amplo acesso a Teses e Dissertações, pela Web, conforme a Portaria CAPES nº 13/2006, que torna obrigatória essa providência.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

MESTRADO PROFISSIONAL		
Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 - Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa.	40%	<p>Analisar a coerência, consistência e abrangência dos objetivos, área de concentração, linhas de pesquisa, projetos e disciplinas.</p> <p>Analisar as ementas das disciplinas, verificando a atualidade das referências bibliográficas</p> <p>Analisar a presença de disciplinas metodológicas e instrumentais necessárias ao desenvolvimento dos projetos.</p>
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	30%	<p>Analisar os mecanismos de interação entre o programa e os respectivos campos profissionais.</p> <p>Analisar a coerência entre o programa e o público alvo.</p>
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	10%	<p>Analisar a adequação da infra-estrutura para o ensino, a orientação, a pesquisa, a administração, laboratórios de informática e a biblioteca disponível para o Programa.</p>
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	20%	<p>Analisar a adequação da proposta às necessidades regionais e nacionais do campo profissional</p> <p>Analisar as perspectivas do programa relativas à qualificação do corpo docente</p> <p>Analisar o planejamento do programa quanto a desenvolvimentos futuros.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

2. Corpo Docente	20%	
<p>2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.</p>	50%	<p>Analisar se o Corpo Docente Permanente (DP) é formado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (conforme o estabelecido no Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17/2009. (Portaria Ministerial sobre Mestrado Profissional)</p> <p>Analisar se o Corpo Docente tem titulação e/ou atuação em PD&I nas áreas de concentração do Mestrado Profissional.</p> <p>Analisar o nível de experiência e a projeção nacional e internacional do corpo docente</p>
<p>2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.</p>	30%	<p>Analisar a dimensão e a estabilidade do corpo docente permanente</p> <p>Analisar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes ao programa, considerando o estabelecido pelo inciso VI do Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17/2009: “a proposta de Mestrado Profissional deverá, necessária e obrigatoriamente, comprovar carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial”</p> <p>Analisar se os projetos de pesquisa e desenvolvimento contam com financiamento.</p>
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.</p>	20%	<p>Analisar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do programa entre os Docentes Permanentes</p> <p>Analisar a existência de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

3. Corpo discente e Trabalho de Conclusão	30%	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa	30%	<p>Analisar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17/2009) concluídos e o número de alunos matriculados no período.</p> <p>Analisar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17/2009) concluídos e o número de docentes do programa</p>
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos	40%	<p>Analisar a proporção de discentes e egressos autores (titulados nos últimos 3 anos) com publicações em relação à dimensão do corpo discente.</p> <p>Analisar a produção do corpo discente em eventos científicos: trabalhos apresentados, resumos em anais, etc.</p> <p>Analisar a produção discente com base no Qualis periódico, classificação de livros e produção técnica.</p>
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos	30%	<p>Analisar a aplicabilidade do trabalho de conclusão do mestrado junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos/privados, etc.</p> <p>Analisar os resumos dos trabalhos de conclusão que devem conter a explicitação do problema, as soluções elaboradas e a potencial aplicação.</p>
4. Produção Intelectual	30%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente	30%	Analisar a produção bibliográfica (artigos em periódicos, livros e capítulos científicos) per capita dos docentes permanentes do programa.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.</p>	<p>30%</p>	<p>Analisar a produção técnica dos docentes permanentes do programa considerando:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) documentos elaborados para agências internacionais, instituições nacionais, estaduais e municipais relacionadas com a formulação, implementação e avaliação da política de saúde, desde que tenham sido publicadas em meio impresso ou eletrônico; b) Participação dos docentes em comissões e comitês técnicos relacionados com a política de saúde c) Participação de docentes na editoria de periódicos científicos da área d)Elaboração de normas, protocolos e programas de saúde coletiva. e) Consultorias e assessorias no âmbito da política de saúde. f) Desenvolvimento de produtos de uso na gestão das políticas de saúde, nas ações de controle de doenças e agravos ou para a promoção da saúde.
<p>4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa</p>	<p>20%</p>	<p>Analisar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do programa.</p>
<p>4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.</p>	<p>20%</p>	<p>Analisar a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada do programa</p> <p>Analisar a articulação da produção técnica e científica com os objetivos do programa</p>
<p>5. Inserção Social</p>	<p>20%</p>	
<p>5.1. Impacto do Programa</p>	<p>40%</p>	<p>Analisar se o Mestrado Profissional atende a uma ou mais dimensões de impacto nos níveis local, regional ou nacional:</p> <p>a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública, e</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.</p> <p>b) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços na disseminação de técnicas e de conhecimentos que contribuam para maior efetividade da política de saúde.</p> <p>c) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta.</p> <p>d) Impacto sanitário: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da área da Saúde.</p> <p>e) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.</p>
<p>5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.</p>	<p>20%</p>	<p>Analisar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional;</p> <p>Analisar a participação em projetos de cooperação entre cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.</p>	<p>20%</p>	<p>Analisar a atuação dos docentes em atividades de cooperação técnica, formação de recursos humanos, consultorias, pesquisa e outras junto às instituições setoriais no nível local, municipal, regional, estadual ou nacional.</p>
<p>5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa</p>	<p>20%</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a divulgação atualizada e sistemática do Programa, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente. - Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º Portaria CAPES nº 13/2006)

VI. Considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional

Segundo ranking elaborado pela *US News Education Ranking* com base na opinião de diretores, professores e administradores de escolas, as dez melhores escolas de Saúde Pública (cursos de pós-graduação) são: Johns Hopkins, University of North Caroline-Chapell Hill, Harvard, University of Michigan-Ann Arbor, Columbia, Emory, Washington. UC-Berkeley, UCLA, Pittsburg, University of Texas e George Washington University.

Os melhores cursos segundo os critérios do National Research Council são: Health Policy (Harvard), Epidemiology (UC-Berkeley), Preventive Medicine (Southern California), Maternal and Child Health (UNC-Chapell Hill) e Population Health (Wisconsin-Madison)

No Reino Unido merecem destaque os programas da London School of Hygiene and Tropical Medicine, University College e Bristol University. No Canadá os programas da McGill University e University of British Columbia são os de maior destaque.

A área de Saúde Coletiva congrega uma comunidade científica relativamente pequena em todo o mundo respondendo por cerca de 1,9% da produção científica registrada na base SJR. A produção em Saúde Coletiva corresponde a 6,4% da produção em Saúde que, por sua vez, responde por 29,5% de toda a produção científica no mundo.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

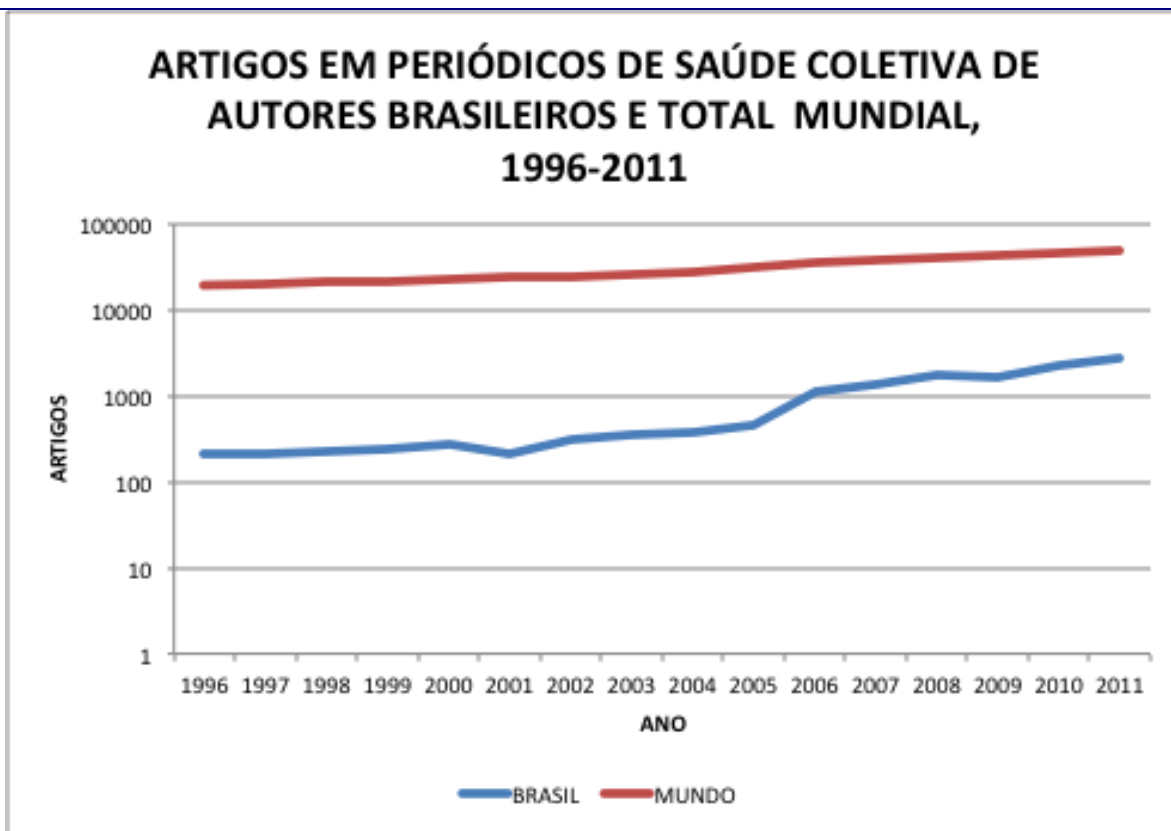


Figura 4 - Evolução dos artigos publicados na área

Para acessar a produção da área de Saúde Coletiva registrada na base SJR é necessário somar quatro diferentes componentes: Epidemiology, Health Policy, Public Health, Environmental and Occupational Health (Medicine) e Health Social Sciences (Social Sciences) Entretanto, não é possível identificar a parte da produção da área divulgada em periódicos da área médica, de enfermagem, odontologia, e de outras áreas da saúde ou das ciências biológicas que correspondem a praticamente 44% da produção dos programas.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013



DOCUMENTO DE ÁREA 2013



Figura 6 - Proporção dos artigos publicados na produção mundial

A produção brasileira em Política de Saúde ocupa a terceira posição na produção de artigos científicos no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e do Reino Unido. A produção nacional em Saúde Pública, saúde ambiental e saúde ocupacional ocupa a quarta posição, atrás dos Estados Unidos, Reino Unido e Canadá. A produção em Ciências Sociais em Saúde é a quinta no mundo ficando atrás da produção norte-americana, britânica, chinesa e australiana. A produção brasileira em Epidemiologia ocupa a décima quinta posição, semelhante à ocupada pela ciência brasileira em geral.

Atualmente um pesquisador brasileiro é o presidente da Associação Internacional de Epidemiologia. Em período recente um pesquisador brasileiro foi o presidente da Federação Mundial de Saúde Pública e diversos pesquisadores participam dos corpos editoriais dos mais influentes periódicos científicos da área.

Dada as limitações da política científica no país, em termos de infra-estrutura e

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

continuidade e volume de financiamento, bem como as dificuldades de nossas IES, não é realista esperar que nossos cursos possam competir em igualdade de condições com aqueles ofertados por IES norte-americanas ou europeias de maior prestígio. O que a área procura avaliar é a qualidade dos cursos oferecidos agregada à abertura possibilitada pelos mesmos ao intercâmbio internacional e a circulação internacional do conhecimento neles produzido. Outro aspecto importante no processo de internacionalização é a demanda por bolsas sanduiche no doutorado e estágios de pós-doutoramento em instituições de prestígio no exterior. Tradicionalmente a área tinha muita dificuldade em ver suas demandas contempladas provavelmente por seu caráter eminentemente aplicado, situação que deve se modificar no contexto atual de maior oferta de bolsas.

Os programas devem demonstrar seu **grau de internacionalização** através da combinação dos seguintes indicadores:

- Participação em projetos de pesquisa envolvendo programa de pós-graduação e grupos de pesquisa de instituições estrangeiras, através de redes de pesquisa ou convênios de cooperação internacional.
- Intercâmbio de alunos e professores que envolva financiamento recíproco.
- Financiamento internacional para o programa.
- Predominância de publicações em periódicos de circulação internacional e com alto impacto na produção intelectual do programa. (estratos A1 e A2)
- Participação em comitês editoriais e em editoria de periódicos de circulação internacional publicados em países estrangeiros.
- Captação de recursos de agências de fomento científico de âmbito internacional ou financiamento estrangeiro para a pesquisa.
- Oferta de cursos em outros países (Minter e Dinter internacionais, acordos de cooperação internacional).
- Atração de alunos de origem estrangeira inclusive para o pós-doutorado.
- Participação de docentes na organização de eventos científicos de caráter internacional e em atividades de destaque tais como conferências ou mesas-redondas.
- Participação em diretorias de associações científicas internacionais.
- Prêmios internacionais.
- Dupla titulação com PPGs de referencia no exterior.

Atualmente, os programas da área com nota 6 ou 7, atendem a vários dos itens listados anteriormente contando com docentes com reconhecimento internacional, atração de alunos estrangeiros, participação em redes de pesquisa internacionais, presidindo associações científicas internacionais, fazendo parte da editoria de revistas estrangeiras



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

de prestígio internacional e um deles conta com financiamento internacional para atividades do programa.

Para a atribuição das notas 6 ou 7 além do critério de internacionalização é considerada a liderança do programa na área

Liderança: os programas devem demonstrar sua liderança na área por meio da atração de alunos de diferentes regiões de outros países; proporção de docentes participando de comitês de área no CNPq, DECIT, FINEP, CAPES, etc, ou de agências de fomento internacionais; premiações, nacionais ou internacionais, recebidas pelos docentes que tenham relação com as atividades de pesquisa e orientação; proporção de docentes participando de diretorias de associações científicas nacionais e internacionais; participação de docentes em cargos relevantes para a política nacional de saúde, educação ou ciência e tecnologia.

As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota 5 e conceito “Muito Bom” em todos os quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, a três condições:

- **Nota 6:** predomínio do conceito “Muito Bom” nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito “Bom” em alguns itens; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).
- **Nota 7:** conceito “Muito Bom” em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).



Comissão de Área - Avaliação

Período de Avaliação: 2010 a 2012 **Etapa:** Avaliação Trienal 2013

Área de Avaliação: 22 - SAÚDE COLETIVA

Comissão Responsável pela Avaliação:	Sigla IES	
BERNARDO LESSA HORTA	UFPEL	Consultor(a)
CLAUDIA LEITE MORAES	UERJ	Consultor(a)
CLAUDIA MEDINA COELI	UFRJ	Consultor(a)
CLAUDIA ROBERTA DE CASTRO MORENO	USP	Consultor(a)
DENISE MARTIN COVIELLO	UNISANTOS	Consultor(a)
EDUARDA ANGELA PESSOA CESTE	FIOCRUZ	Coordenador(a) Adjunto(a) Mestrado Profissional
ETHEL LEONOR NOIA MACIEL	UFES	Consultor(a)
GUILHERME LOUREIRO WERNECK	UERJ	Consultor(a)
JORGE ALBERTO BERNSTEIN IRIART	UFBA	Coordenador(a) Adjunto(a)
LENY ALVES BOMFIM TRAD	UFBA	Consultor(a)
LUCIANA DIAS DE LIMA	FIOCRUZ	Consultor(a)
MANOEL CARLOS SAMPAIO DE ALMEIDA RIBEIRO	FCMSCSP	Consultor(a)
MARIA DO CARMO LEAL	FIOCRUZ	Consultor(a)
MARIA INES SCHMIDT	UFRGS	Consultor(a)
MARIANGELA LEAL CHERCHIGLIA	UFMG	Consultor(a)
MOISES GOLDBAUM	USP	Consultor(a)
RITA DE CÁSSIA BARRADAS BARATA	FCMSCSP	Coordenador(a)
SERGIO FERNANDO TORRES DE FREITAS	UFSC	Consultor(a)
SILVANA GRANADO NOGUEIRA DA GAMA	FIOCRUZ	Consultor(a)
SOTERO SERRATE MENGUE	UFRGS	Consultor(a)
SUELY FERREIRA DESLANDES	FIOCRUZ	Consultor(a)
WOLNEY LISBOA CONDE	USP	Consultor(a)